

Agronegócio no Brasil: questões que desafiam o setor

Por Patrícia Capó

A safra 2010/2011 do agronegócio começa com resultados recordes de produção, um contexto econômico de estabilidade no Brasil e o fato de que o desenvolvimento sustentável deixou de ser apenas um projeto para tornar-se realidade no setor rural. Em continuidade ao desenvolvimento sustentável e à competitividade do agronegócio, o Ministério da Agricultura lançou o estudo de tendências do agronegócio **Projeções do Agronegócio - Brasil 2009/2010 a 2019/2020**. Celulose e papel foram contemplados, pela primeira vez, na análise de componentes do setor florestal, nas projeções realizadas pelo Ministério da Agricultura sobre produção, consumo e comércio exterior. Os índices atuais apontam para um mercado internacional de consumo em expansão, mas cada vez mais exigente no quesito de qualidade dos produtos agrícolas. Isto já antecipa que outras ações terão de ser efetivadas em prol da garantia da origem das florestas plantadas, bem como selos verdes, como o Ecolabel, que deverá ganhar força no setor.

Os desafios do setor de agronegócios na gestão da presidente Dilma Rousseff serão, entre outros, de integração da política da agricultura familiar com as de combate à pobreza e de inclusão social. Além do mais, terá de se estabelecer o diálogo com os movimentos sociais – uma meta que parece trazer à tona o resgate de compromissos assumidos (e não cumpridos integralmente) por governos anteriores.

“Na década de 1990, após terem vivido o que chamo de ‘a tríplice colisão’, mais de 200 mil pequenos produtores rurais foram excluídos do mercado em consequência dos Planos Collor e Real”, lembra Roberto Rodrigues, que foi ministro da Agricultura e agora atua como coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EAESP, presidente do Conselho do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia da Unesp – Jaboticabal (SP).

As consequências da falta de avanços da política agrícola e até da reforma agrária no País, entre outras “dividas” assumidas por ex-governantes, são bem conhecidas pelo setor de celulose e papel e por outros segmentos do agronegócio – principalmente pelas invasões de terras produtivas, a fim de pressionar ações do governo nesse atrasado acerto de contas. Para fazer um balanço histórico do agronegócio nacional e dar um posicionamento do setor em nível mundial, passando por inovação e gestão, O Papel conversou com Rodrigues, que é também pesquisador da área de Economia Rural. Confira a entrevista a seguir.

O Papel – Qual o balanço histórico do agronegócio nacional?

Roberto Rodrigues – O setor rural viveu, de 1990 a 1994, o que eu chamo de “tríplice colisão”. Saiu de uma inflação superior a 80% ao mês para uma inflação civilizada e atravessou a abertura comercial sem mecanismos

de proteção ao produtor brasileiro, promovida pelo ex-presidente da República Fernando Collor de Mello. Posteriormente, com a chegada do real, conseguimos a tão sonhada estabilização econômica. Ademais, o Estado perdeu parte de sua capacidade protecionista, ou seja, as políticas públicas perderam força em

relação ao agronegócio. Consequência?

Com o Plano Collor, de repente, de um ano para o outro, produtores passaram da condição de credores para devedores de bancos e perderam suas terras, seus bens, enfim, houve uma terrível exclusão do setor de cerca de 200 mil pequenos produtores rurais.

O Papel – E aqueles que conseguiram sobreviver a tudo isso?

Rodrigues – Os chamados “remanescentes da crise” foram aqueles que tinham conseguido investir em tecnologia e gestão para administrar melhor seus negócios. Nos tempos em que a inflação estava em 80% ao mês, dava mais dinheiro aplicar o capital no Overnight do que vender bem a produção, mascarando informações. A gestão da fazenda não era tão necessária, e amadores podiam sobreviver.

O Papel – Depois, como ocorreu a passagem para a Era da Economia Estável, na época do Plano Real?

Rodrigues – Foi nesse momento que todos os produtores tiveram de aprender a administrar de verdade em uma economia não especulativa. As taxas de juros tornaram-se mais atraentes para captação de crédito rural, mas era necessário conhecer a gestão financeira, bem como a fiscal, a comercial, a ambiental; tudo isso. As mudanças do ambiente de negócios acabaram promovendo um aprendizado de outra gestão – a da articulação política, da organização da classe.

Com isso, as cooperativas ficaram mais fortes e capacitadas a ensinar aos pequenos e médios produtores conceitos sobre tecnologia e gestão, por meio de cursos, seminários e eventos em geral na área educativa.

A própria existência hoje de diversos cursos de aperfeiçoamento profissional em agronegócio cresceu por essa época. Há no País atualmente uma oferta de cerca de 19 MBAs em Gestão de Agronegócios, sendo dois na FGV. As crises econômicas acabaram impulsionando o profissionalismo dos produtores rurais que antes eram menos eficientes. Acabou o amadorismo

da gestão para aqueles que permaneceram no mercado depois de todos os desafios enfrentados no campo do agronegócio. Essa mudança se deu

pelas mãos dos próprios empresários, que perceberam a necessidade de se capacitar para continuar produzindo.

O governo não participou desse processo, salvo na área acadêmica, ao oferecer educação adequada ou apoiando instituições como o Sebrae, que oferece projetos e estudos na área de gestão do agronegócio e de cooperativas agropecuárias.

O Papel – E como foi em relação às questões ambientais?

Rodrigues – É preciso considerar, sem dúvida, os aspectos da legislação ambiental sobre a rentabilidade do agronegócio – e o produtor rural sabe bem disso. A mobilização no atendimento às questões da legislação ambiental, portanto, tem sido vigorosa. A evolução dessa consciência se deu pela compreensão da sustentabilidade da atividade. Enquanto o empresário olha para a legislação sob o ponto de vista econômico de seu negócio, o ambientalista puro e os acadêmicos buscam considerar apenas aspectos ambientais ou sociais do desenvolvimento. Sendo assim, não há consenso entre os três lados, e acontece o que muitas vezes vimos em terras produtivas do próprio setor de celulose e papel: práticas destrutivas, motivadas por ações de ambientalistas radicais. O radicalismo é filho da ideologia, do preconceito e da ignorância. Dá no que dá.

O Papel – Como se deu nos últimos tempos com certas invasões de terras do setor de celulose e papel... O senhor acha que a lei favorece esse tipo de ação?

Rodrigues – Lei não tem de favorecer; lei tem de ser justa. O problema é o cumprimento da lei. A reforma agrária virou bandeira no País de quem tem interesse em mudar o regime político. A falta dela tem sido usada para justificar invasão de terra e gerar violência. É inaceitável!

A lei é clara: invasão de terra é ilegal. O que temos atualmente, em termos de legislação, é suficiente, mas uma revisão pode melhorar. O direito da propriedade tem de ser respeitado! A polêmica da reforma agrária cresceu na Era Collor, que marcou a perda de terras de milhares de pequenos e médios produtores, como consequência do Plano Collor. O governo prometeu que iria ressarcir essa classe de produtores rurais, mas nunca cumpriu. Por isso, é justo o direito à terra pleiteado por quem perdeu tudo. Os governos seguintes não causaram o problema, que, porém, deve ser assumido por aqueles que herdaram a função e a responsabilidade pela administração pública. É necessária, entretanto, a realização de uma reforma agrária capitalista, de mercado; não uma simples distribuição de terras. Enquanto isso não ocorre, a lei tem de ser respeitada e não deve haver tolerância governamental quanto à ilegalidade.

O Papel – Qual a visão do gestor de agronegócios em meio a tudo isso?

Rodrigues – No fundo, o produtor rural deseja ser competitivo. Para isso, precisa ser sustentável, ter negócios baseados em conceitos de sustentabilidade – algo que envolve meio ambiente, economia e sociologia. Se o produtor rural preservar a terra, as águas; enfim, todos os recursos naturais, será um “ambientalista preserveracionista”. Para melhorar a realidade, seja de ações de ambientalistas puros, seja de produtores rurais ainda amadores, é necessário capacitar e informar melhor a toda gente, para acabar com o radicalismo. Quando a sociedade entende e observa na prática a mudança de atitude dos gestores do agronegócio – e a importância para que se garanta a produção de alimentos em nível mundial –, acontece o comprometimento com a melhoria de atitude e a solução de todos os problemas.

O Papel – Quanto ao Código Florestal, que ainda deverá passar por mais revisões, que análise o senhor faz sobre o trabalho desenvolvido até o momento?

Rodrigues – O trabalho do deputado Aldo Rebelo não deixou ninguém completamente feliz, o que, para mim, é um bom sinal. Melhor seria que o Código Florestal avançasse para um código ambiental completo, considerando pagamento pelo uso da água, por exemplo. É preciso estabelecer uma visão nacional clara sobre o uso dos recursos naturais. Nesse sentido, as agências governamentais profissionais e desideologizadas poderiam contribuir muito com a evolução do agronegócio.

O Papel – Em termos de tecnologia, como se deram os avanços e seus efeitos positivos no setor do agronegócio brasileiro?

Rodrigues – De 1990 para 2010, o crescimento da área plantada para o cultivo de grãos no Brasil foi de 25%, promovendo um aumento de 152% na produção desses itens. Tal resultado já demonstra que a tecnologia gerou competitividade sustentável no processo rural. Estamos falando com base no último balanço comparativo anual, de redução de demanda em 42 milhões de novos hectares cultivados. Não precisamos dessa área hoje com cerrados e matas, pois nossa tecnologia já é altamente sustentável na produção de grãos. Nos próximos dez anos, a demanda mundial de alimentos deverá crescer 20%. Se essa expectativa se consolidar, os desafios serão em relação a novos investimentos em logística, infraestrutura, política de renda adequada ao produtor rural, reforma de crédito e seguro decente para o agricultor.

O Papel – Pode-se falar em agregação de valor?

Rodrigues – É muito difícil

agregar valor no agronegócio. Por exemplo, não adianta agregar valor à soja e querer vendê-la para a China, porque não vai vender. O país quer gerar empregos lá. Então, dizer “vamos agregar valor por agregar” não resolve: é importante avançar na área comercial, em forma de acordos internacionais, incluindo governo e setor privado. Para colocar os produtos no mercado, no entanto, precisamos ter um plano, estratégias. Agregar valor é apenas um capítulo do processo. O último plano estratégico do Brasil para o agronegócio data da época do presidente Geisel!

O Papel – Como o senhor avalia a posição do agronegócio nacional no cenário mundial?

Rodrigues – O Brasil é hoje o terceiro maior agente do agronegócio mundial, após a União Europeia e os Estados Unidos. É também o maior exportador mundial de café verde, apúcar, etanol, suco de laranja, carnes bovina e de frango, além de ter força no complexo da produção da soja e do tabaco. Somos ainda o quinto maior produtor mundial de carne suína, milho e algodão e viemos crescendo na exportação de frutas tropicais, produtos orgânicos e flores. No setor de agroenergia, o Brasil se destaca na produção de biocombustíveis, como etanol e biodiesel, embora haja um potencial nas mãos de países localizados entre os dois trópicos – na África, na América Latina e na Ásia. Isso porque, na essência, a agroenergia produz uma relação entre terra, planeta e sol. No cenário mundial, o Brasil tem 46% da matriz energética renovável, e a celulose será um grande elemento desta história de desenvolvimento. Só de floresta plantada, temos 6 milhões de hectares. Então, em se tratando de geração de crédito de carbono, a contribuição brasileira ao mundo é enorme. Faz-se necessário tornar nossa presença no cenário glo-

bal mais significativa, sem discursos terroristas sobre a Amazônia, por exemplo, pois isso acaba por prejudicar a imagem do Brasil no exterior. No final, será questão de tempo para o País assumir a liderança no processo da agroenergia. As grandes empresas virão aqui para aprender.

O Papel – Quais os desafios do agronegócio nos próximos anos?

Rodrigues – Acredito que será conseguir estabelecer uma estratégia única, integrada pelos cinco temas centrais do País, como a política de renda, a tecnológica, a comercial, a de infraestrutura e a de defesa sanitária. Esse terá de ser o objetivo macro das relações institucionais do governo brasileiro.

O Papel – Na posição de ex-ministro da Agricultura do Brasil no governo Lula, qual conselho o senhor deixa aos empresários do agronegócio nacional para que sejam bem-sucedidos nos próximos anos?

Rodrigues – Meu conselho para todos eles é que se organizem muito bem como setor produtivo para lutar por essa estratégia única geral em prol da conquista da competitividade do agronegócio nacional. Isso significa organizarem-se politicamente como classe privada, efetuem investimentos em RH, gestão e tecnologia, para não ficarem chorando pelas esquinas porque o “papai governo” deixou de dar o consentimento para crescer. Se olharmos para o mundo, para os países mais desenvolvidos, entenderemos que é essa mudança de atitude que diferencia uma sociedade desenvolvida da subdesenvolvida em que estamos inseridos hoje.

Nota: O estudo completo das tendências do agronegócio até 2020 você confere no site da revista *O Papel*: www.revistaopapel.org.br/editorias/entrevistas